

A floresta das coisas pessoanas

Vasco Rosa*

Ivo Castro (2013). *Editar Pessoa*. 2.^a edição. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 380 pp. Coleção “Estudos”.

Historiador da língua portuguesa e reputado filólogo de interesses muito variados (do *Graal* de José de Arimateia ao *Amor de Perdição* de Camilo Castelo Branco), Ivo Castro encontrou em Fernando Pessoa *o caso por excelência* para demonstrar a necessidade de uma filologia literária em Portugal. Interessou-se profissionalmente pelo poeta em 1980, quando teve a oportunidade dourada de aceder a um autógrafo em papel almaço e encadernação cuidada de *O Guardador de Rebanhos* de Alberto Caeiro, que era o “absoluto desmentido” (p. 51) da “alegoria” (p. 206) do dia triunfal, e nos anos seguintes pôde observar no espólio do poeta conservado na Biblioteca Nacional toda a diacronia textual deste “ciclo orgânico de 49 poemas” (p. 73), cujo estudo e edição fac-similada em Outubro de 1986 firmou a sua indesmentível reputação.

A complexidade editorial da obra pessoana era um inexcedível desafio para, *em laboratório*, se confrontarem teorias estabelecidas e práticas em voga na cena internacional (“uma crítica textual em fase de afirmação militante”, p. 7) e um extraordinário incentivo para “produzir a geração de críticos literários que o país e a Área de Espólios da Biblioteca Nacional, cada vez mais vocacionada para arquivo da literatura portuguesa moderna, tanto precisam” (pp. 162-63). Como no presente livro se descreve, várias efemérides pessoanas propiciavam a criação de uma Equipa que pudesse “trabalhar devagar” (p. 173) sobre os 21 000 documentos – hoje o total é maior – dum espólio literário “denso” (p. 91) e “em mau estado de conservação” (p. 187), na peritagem material dos suportes, na decifração textual dos papéis dum “escriba nervoso” (p. 174) e na construção de aparatos genéticos, pois “são raras as etapas intermédias da evolução de um texto que não se acham documentadas” (p. 91).

“As tradições editoriais portuguesas treinaram-nos para suportar estoicamente gralhas, pontuações erradas, leituras deficientes, saltos de linha e outros acidentes filológicos” (p. 15), e a lição de Silva Belkior, que em 1985 Castro comenta numa recensão a um livro de 1983 sobre Ricardo Reis, permitia-lhe concluir que, mais do que corrigir edições anteriores, em que “diferenças, por vezes abissais, [...] separam o texto manuscrito do seu correspondente impresso”

* Editor e investigador independente.

(p. 43), se impunha “tornar ao princípio, ler os manuscritos e *publicar Pessoa de fresco*” (p. 44; itálicos meus). Definitivamente para trás ficaria João Gaspar Simões, “testemunha ocular do estado dos manuscritos na altura da morte de Pessoa” e “responsável pela imagem textual que hoje [1989] temos ainda do poeta” (a edição vulgata da *Ática*), que inquirido por Castro acerca do modo como procedera, se “ofereceu frustrantemente à curiosidade histórica como um manuscrito apagado” (p. 174).

Perspectivava-se assim, portanto, uma “edição crítica de modelo genético” (p. 90), tarefa árdua para *várias gerações* de manuscriptólogos que, “entre júbilo e desespero”, na expressão preciosa de George Rudolph Lind (p. 41), editassem capazmente “um autor que não chegou a publicar a sua obra e que, em mais de um sentido, não acabou de a escrever” (p. 8). “Pessoa died as a largely unedited author”, lê-se no mais recente ensaio deste livro, “From print to script” (2012).

Ivo Castro teve, por tudo isso, uma responsabilidade central na concepção e direcção dos trabalhos da assim chamada Equipa Pessoa, que desde 1990 se ocupa a “ordenar o passado que recebemos” (p. 65), e escreveu precisamente a primeira versão deste *Editar Pessoa*, como volume inicial da colecção “Estudos” da Edição Crítica de Fernando Pessoa, para abordar conceitos, métodos e problemas filológicos, mas também para clarificar a “extra-territorialidade” (p. 156) dessa oficina relativamente à crítica pessoana e seus especialistas: “trata-se de fazer entrar para o campo da pessoana *um novo tipo de trabalhador*, que traz consigo uma abordagem que pode ser nova em terras portuguesas, mas que repousa sobre uma velha e comprovada experiência: o *cepticismo* quanto ao rigor como são em todo o mundo publicados os textos literários e a certeza de que só um regresso ao exame minucioso, quase laboratorial, das fontes materiais permitirá eliminar do texto todas as *impurezas e rumores* que ele recolheu no percurso entre as mãos do autor e as do leitor” (pp. 157-58; itálicos meus).

Vinte e três anos depois, a esta breve arqueologia dos primórdios juntou Ivo Castro outros escritos de diferente natureza e propósito, de que se destacam “A classificação do Espólio Pessoa como bem de interesse nacional”, de 2012, que inclui o seu parecer sobre o designado Espólio II; e as “polémicas pessoanas passadas”, relativamente ao “romance” *Eliezer* (1992, em colaboração, e longo de 72 pp.), e “a defesa da edição crítica”, respondendo a Teresa Rita Lopes (do ano seguinte). Mantendo um título tão abrangente e pró-activo como *Editar Pessoa*, ficamos a sensação de que faltou ao autor a vontade de, mais do que “arrumação de gavetas” (p. 9), proceder a uma avaliação panorâmica do trabalho cumprido pela Equipa e de apreciação do contexto actual de edições e da exponencial atenção ao espólio. Só assim se conheceriam, creio, os motivos da advertência prefacial segundo a qual o espólio pessoano “hoje inspira mais perplexidades que nos anos 80”.